



A História Atlântica como possibilidade de abordagem metodológica para os estudos do Atlântico e o ensino de História da África

The Atlantic History as a possibility of methodological approach to the Atlantic studies and the teaching of African History

Adriano Cecatto

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
adrianocecatto@gmail.com

RESUMO: A História Atlântica tem ocupado espaço principalmente nas academias norte-americana e britânica, com perspectiva de transcender os limites teórico-metodológicos que constituíam estudos hierarquizados e homogêneos acerca das comunidades do Atlântico, principalmente referente às sociedades africanas. Por sua vez, há no Brasil a obrigatoriedade do ensino de História da África, que em geral torna-se presente nos livros didáticos. O objeto de estudo é a História da África, tendo como objetivo verificar em que medida elementos da História Atlântica podem se fazer presente na produção didática e assumir um contraponto de análise historiográfico. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. As fontes são duas produções didáticas de distintas temporalidades. Ao considerarmos a História Atlântica, verificou-se que as obras analisadas apresentam alguns equívocos e distorções, no entanto, o livro didático de 2013 mantém maior proximidade com a historiografia contemporânea e a formação de professores em relação ao ensino de História da África.

PALAVRAS-CHAVE: História Atlântica, História da África, Ensino de História.

ABSTRACT: The Atlantic History has been occupying space especially in the north American e british academies, with the perspective of transcending the theoretical and methodological boundaries that composed the hierarchic and homogeneous studies about the Atlantic communities, mainly referring to African societies. On the other hand, the teaching of African History in Brazil is mandatory, which generally is presented in textbooks. The research object is the African History, with the intent of verifying to what extent the elements of Atlantic History can be used in the didactic production, and to assume a counterpoised historiographical analysis. Methodologically, it was used the bibliographic and documental research. The sources are two didactic works from different periods. When the Atlantic History was considered, it was verified that the analyzed works had some misconceptions and distortions, however, the didactic textbook from 2013 remains closer to the contemporary historiography and the teacher training in relation to the teaching of African History.

KEYWORDS: Atlantic History, African History, History Teaching.



A História Atlântica tem se apresentado desde as últimas décadas do século XX como possibilidade metodológica, repensando pesquisas e propondo-se abarcar as comunidades do Atlântico, gradativamente rompendo com os parâmetros metodológicos de uma história centrada nos pressupostos historiográficos da Europa, em que perdurara o uso de conceitos etnocêntricos para os estudos desse oceano (nação, império, etc.) e o fluxo de culturas. A partir do século XV, período das chamadas “grandes descobertas”, para a África Ocidental foi de integração do comércio costeiro e de suas culturas com as sociedades interioranas. Nesse sentido, possibilitou constituir pontos de conexão com a Europa e América por meio do Oceano Atlântico.

Essa perspectiva de estudo tem ganhado cada vez mais espaço na academia, principalmente norte-americana e britânica, começando a ser apropriado por alguns poucos historiadores brasileiros, que ao longo dos anos, até mesmo em função da sua própria história nacional, tem demandado esforços sobre a temática da diáspora africana. A História Atlântica assume a perspectiva de transcender os limites teórico-metodológicos que constituíam estudos hierarquizados e homogêneos das comunidades do Atlântico, para um olhar sobre a multiculturalidade, com estudos para além da dimensão econômica ou simplesmente quantitativa. Portanto, a circulação de pessoas, cultura, economia tem proporcionado a verificação de um Atlântico heterogêneo repleto de conexões culturais provocadas pela dinâmica de interações, sejam elas forçadas ou não.

O presente trabalho se caracteriza como bibliográfico e documental, e embora essa categoria de pesquisa, de modo geral, tenha recebido atenção quando da inexistência de um estado da arte, – que neste caso, já existe - nos é válido à medida que propomos pensar essa perspectiva metodológica atrelada ao ensino de História e pela pouca produção da academia brasileira com essa perspectiva teórico-metodológica. Se reconhece documental, por que propomos verificar em que medida elementos da História Atlântica podem se tornar presente na produção didática de História da África, especificamente aos conteúdos destinados ao ensino médio. Num primeiro momento abordaremos aspectos pertinentes à História Atlântica, suas bases teórico-metodológicas. Em seguida, verificaremos as relações possíveis entre História Atlântica e história da África em duas produções didáticas de diferentes autores e temporalidades.

História Atlântica

O desenvolvimento da História Atlântica dos últimos 40 anos teve como referência alguns teóricos: Bernard Bailyn, David Eltis, David Armitage, Philip Morgan, Alison Games,



Nathaniel Millett, John Thornton, Douglas Chambers, entre outros. Tais estudos têm destacado os diferentes povos do atlântico no processo de trocas culturais e comerciais, numa tentativa de desconstruir a centralidade européia e a conseqüente marginalização e insubordinação dos povos africanos e americanos. “A história da África Atlântica deve ser capaz de exaltar a participação dos africanos para além de mercadoria essencial, procurando as contribuições desses homens e mulheres para a construção desse mundo integrado pelo oceano”¹. Trabalhos acadêmicos como esses promovem a revisão da historiografia atlanticista, proporcionando maior visibilidade aos agentes africanos envolvidos na contínua construção e reconstrução de identidades políticas e culturais, próprias desta experiência atlântica. Segundo Bailyn², o conceito de História Atlântica não trata da expansão do império marítimo europeu, uma vez que não há dominação política na África entre os séculos XVI e XVIII.

O ponto de partida para o avanço metodológico dessa discussão da História Atlântica seria romper com o eurocentrismo presente nas pesquisas, a fim de estudar o Atlântico como unidade de análise histórica³. Alison Games⁴ apresenta alguns historiadores que iniciaram trabalhos na História Atlântica. Um dos problemas destes historiadores seria a formação que haviam recebido na Europa para se trabalhar sociedades coloniais na América e África, pois não se considerava importante a história da região pesquisada em conexão com o global. Nesse sentido, seria necessário sair dos moldes de uma história européia, dos seus padrões de colonização centrada nos estados modernos, para compreender e avançar nas pesquisas do mundo sem fronteiras. É uma crítica aos chamados historiadores dos impérios, que limitavam suas abordagens baseadas numa geografia imperial.

David Armitage, professor de história da Universidade de Harvard desde 2004, tem se destacado com os estudos coloniais. É referência para os trabalhos procedentes da abordagem da História Atlântica, que tem sido recente e pouco utilizada nos estudos do Atlântico, “surgiu como

¹ THOMPSON, Estevam C. O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 80-102, ago/dez, 2012, p.89.

² BAILYN, Bernard. **Atlantic History: concept e contours**. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

³ GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. **The American Historical Review**, p.741-757, June, 2006.; THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004; MILLET, Nathaniel. An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History. **African and Black diaspora**, Chicago, n.1, p.21-34, 2011; CHAMBERS, Douglas B. The Black Atlantic: Theory, Method, and Practice. In: FALOLA, Toyin; ROBERTS, Kevin D. **The Black Atlantic World. 1450 – 2000**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2008, pp.151-174.

⁴ _____. **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities**.



um subcampo distinto, ou mesmo como uma subdisciplina, dentro da profissão histórica.”⁵ Há esforço do autor em problematizar a produção historiográfica centrada nos estudos da modernidade europeia, ao destacar que a África e os africanos, de modo geral, não foram considerados sujeitos históricos.

Esta versão da ‘civilização ocidental’ era a história do Atlântico Norte, e não do Atlântico Sul, a história anglo-americana mais do que latino-americana, e a das conexões entre a América e a Europa mais do que daquelas entre as Américas e a África. Tratava-se de uma história racialmente, ou etnicamente, homogênea.⁶

Armitage sugeriu três conceitos de História Atlântica: história *circum*-atlântica, história *trans*-atlântica e história *cis*-atlântica. Ao caracterizar cada conceito, explicita sua escolha por *cis*-atlântica “porque pode se provar o mais útil como um meio de integrar histórias nacionais, regionais ou locais em perspectivas mais amplas sustentadas pela história atlântica”⁷. Admite que os três conceitos se excluem e ao mesmo tempo se reforçam. “A história *cis*-atlântica, por sua vez, alimenta as comparações *trans*-atlânticas”⁸.

A perspectiva da história *cis*-atlântica se propõe estudar os lugares em suas singularidades, resultantes da interação do local com uma rede mais ampla de contatos em relação ao mundo atlântico. Dessa forma, dá-se atenção às cidades e vilas portuárias, em geral transformadas pela ligação e interação com o Atlântico. David Armitage destaca a necessidade da história *cis*-atlântica adentrar na esfera doméstica, nas vilas e cidades para perceber como se desenvolveu o comércio, seja pela costa ou seu interior. Como campo emergente de estudos, as três dimensões da *Atlantic History* podem sinalizar aos historiadores e demais pesquisadores um campo caracterizado pelo pluralismo metodológico.

Segundo Games⁹, em 1970 ocorreram ensaios de uma escrita da história do atlântico, mas seu grande marco foi 1990 com Bernard Bailyn, nos Estados Unidos. Posteriormente ampliou-se as discussões no ambiente universitário, entre os alunos de graduação e pós-graduação, nos idos dos anos 2000.

⁵ ARMITAGE, David. Três conceitos de História Atlântica. **História Unisinos**, São Leopoldo-RS, v. 18, n. 2, p.206-217, mai/ago, 2014, p.207.

⁶ _____. **Três conceitos de História Atlântica**. p.208.

⁷ _____. **Três conceitos de História Atlântica** p.209.

⁸ _____. **Três conceitos de História Atlântica** p.215.

⁹ GAMES, **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities**.



Para Bernard Bailyn¹⁰, além de apontar para a necessidade da não hierarquização das sociedades como princípio básico de pesquisa, propõe uma abordagem que leve em considerações as interações humanas à partir das conexões estabelecidas no oceano. Além disso, entender as comunidades atlânticas à partir do processo de circulação de pessoas, mercadorias, trocas culturais, aspectos políticos e administrativos, relações de gênero, articulando o contexto global em conectividade com as comunidades específicas.

Na mesma esteira, Games¹¹ destaca que a história do atlântico tem uma perspectiva sem fronteiras, diferentemente do que se vinha trabalhando, com o desrespeito das fronteiras políticas modernas cunhadas numa perspectiva eurocêntrica. “A história do Atlântico é mais do que um simples estudo de sua unidade geográfica; é também um modelo de investigação que reflete, primeiramente, o impulso que atrai historiadores para campos específicos da história do Atlântico”¹².

Essa abordagem desloca a importância e ênfase demandada sobre um único lugar, pois se pretende ser uma história sem fronteiras, deixando de lado a perspectiva imperial. “A história do Atlântico pode envolver o domínio Europeu, mas não deve ser Eurocêntrico. Deve cobrir um espaço dominado numericamente por migrantes africanos, mas também não pode ser Afrocêntrico”¹³. Apresenta-se o desafio de repensar as convenções historiográficas, por meio do uso de uma linguagem que contemple todo o Atlântico. Por isso o cuidado dos pesquisadores para não caírem na linguagem/narrativa da dinâmica imperial, tratando dubiamente sobre os centros, periferias e margens.

Para Games¹⁴ o desafio mais urgente e imediato é restaurar a África para o Atlântico, colocando-a na história não somente como um lugar associado à escravidão e ao tráfico de escravos, mas como lugar de experiências, de movimento, de circulação de notícias. “O oceano

¹⁰ BAILYN. **Atlantic History: concept e contours.**

¹¹ GAMES, **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities.**

¹² “Atlantic history is more than simply the study of a geographic unit; it is also a style of inquiry that reflects the impulse that drew historians in specific fields to Atlantic history in the first place.” GAMES, Alison. Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, p.741-757, June, 2006. p.749.

¹³ “Atlantic history may deal with European dominion, but it should not be Eurocentric. It may cover a space dominated numerically by African migrants, but it need not be Afrocentric.” GAMES. **Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.** p.750.

¹⁴ GAMES. Atlantic History. **Definitions, Challenges, and Opportunities.**



não foi só o veículo de circulação, mas também o único espaço com o qual bens e pessoas foram criadas, definidas e transformadas”¹⁵.

Games¹⁶ e Millett¹⁷ estabelecem críticas à História Atlântica, por não se tratar de um conceito homogêneo. Esses autores se apropriam de perspectivas distintas dos conceitos de David Armitage. Um dos pontos centrais na discussão dos pesquisadores norte-americanos é de tentar pensar a África no mundo atlântico em escala micro e na perspectiva global. Juntamente com Alison Games, Nathaniel Millett procura combater o discurso de homogeneização, para uma produção historiográfica que reflita para além dos impérios. Ambos retomam Bernard Bailyn¹⁸ que definiu e desenvolveu o campo da História Atlântica, apontando para intelectuais que afirmaram a existência da ideia de que a noção de Atlântico Norte estaria ligada por uma história e cultura comuns.

Considerando o desafio teórico-metodológico de construir uma história baseada no oceano, Games¹⁹ destaca os esforços de John Thornton para mapear as fronteiras políticas da costa africana. Por sua vez, John Thornton se propõe sistematizar a importância do comércio interno da África em relação ao resto do atlântico entre os anos de 1400 e 1800, apontando os rios como rotas importantes para essa conexão. Destaca a diáspora africana, e para isso, relata a geografia das sociedades africana e americana e suas fronteiras, contribuindo para pensar a história do atlântico de forma integrada, contrariando a ideia de que “a história do Atlântico ainda deveria ser a história dos europeus, e o resto apenas seria um pano de fundo”²⁰.

Vias marítimas e fluviais definiam as configurações da zona atlântica. O conhecimento da geografia, tais como as rotas fluviais da América e África, principalmente da África Ocidental, utilizadas nos séculos XV e XVI, possibilitaram o comércio do interior por vias fluviais, assim como “nenhum navegador poderia ignorar os padrões de ventos e correntes do oceano”²¹. Tanto na África como na América, reconhece-se o controle fluvial e a sofisticação cultural dessas

¹⁵ “The ocean was not only the vehicle of circulation, but also the unique space within which goods and people were created, defined, and transformed.” GAMES. **Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.** p.755.

¹⁶ _____. **Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.**

¹⁷ MILLET. **An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History.**

¹⁸ BAILYN. **Atlantic History: concept e contours.**

¹⁹ _____. **Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities.**

²⁰ THORNTON. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** p.44.

²¹ _____. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** p.55.



sociedades. A região atlântica, portanto, vai além do litoral, por que este possibilitou maior comunicação e fluxos culturais e econômicos entre as rotas continentais.

O desenvolvimento tecnológico em torno da navegação ocorreu na medida em que se conseguiu obter lucro com tal aperfeiçoamento técnico. Embora se destaque o poder técnico e naval dos europeus, não foi isso que garantiu o domínio sobre sociedades africanas, por que estas sociedades também se posicionaram com resistência, fazendo com que os europeus seguissem suas regras políticas e comerciais. Nesse sentido, John Thornton refere-se à “dominação incompleta” dos europeus em relação às sociedades do Atlântico. O domínio político do rio, por exemplo, foi dos africanos, e por isso caberia a eles a liberação de sua interiorização comercial.

Como já mencionamos, a perspectiva transnacional da História Atlântica pode contribuir para romper com os conceitos de uma história “dos impérios”, podendo avançar na medida em que a produção historiográfica for ampliada. Essa perspectiva teórico-metodológica demanda atenção para pessoas, produtos, práticas culturais que mantiveram intercâmbio pelo atlântico de forma interligada, das comunidades com o global. Trata-se de romper com uma história etnicamente homogênea, desconstruindo a invenção de que teriam sido os europeus os ocupantes exclusivos do atlântico, pois à medida em que o oceano estabelecia conexões entre diferentes povos e suas singularidades, foi possível aproximá-los na mesma história. Conforme Alison Games,

[...] não é a história do Atlântico somente sobre os pontos literais de contato (portos, trocas, ou migrantes, por exemplo), mas sim sobre explicar transformações, experiências e eventos em um lugar, em termos de condições decorrentes da localização deste lugar em um mundo amplo, multifacetado e interconectado.²²

Assim, essa perspectiva teórico-metodológica não se apresenta como exclusiva, mas como possibilidade aos estudos do mundo atlântico, principalmente para estudos coloniais. Ou seja, essa historiografia pode possibilitar o entendimento de como pessoas e comunidades das “duas costas do atlântico tiveram participação ativa na construção de uma complexa rede de transações

²² “[...] nor is Atlantic history only about the literal points of contact (ports, traders, or migrants, for example), but rather about explaining transformations, experiences, and events in one place in terms of conditions deriving from that place’s location in a large, multifaceted, interconnected world.” GAMES, *Atlantic History*, p.747.



econômicas e políticas, bem como instituições sociais e relações humanas no vasto espaço geopolítico do Atlântico moderno”²³.

Ensino de História da África na produção didática

Embora a lei 11.645/08 (10.639/03) pretenda garantir formação de história da África e cultura africana na rede básica, não é possível oferecer um panorama homogêneo de como essa formação se processa nas escolas e nos cursos de graduação²⁴. Independente da formação recebida (ou não!) nas instituições de ensino superior, os docentes acabam tendo em mãos diferentes manuais didáticos com conteúdos de África e, embora a formação docente se dê de maneira continuada, a universidade é espaço fundamental para a pesquisa e ensino por oferecer os saberes curriculares.²⁵ Para Marieta de Moraes Ferreira e Renato Franco²⁶, há preocupação por parte das instituições formadoras em integrar a formação do pesquisador e do professor, no entanto, essa preocupação “nem sempre se reflete na organização curricular dos diferentes cursos, nos quais as disciplinas de bacharelado são frequentemente somadas às disciplinas pedagógicas, oferecidas e geridas pelas Faculdades de Educação para compor o currículo da licenciatura”²⁷. A questão central que se coloca diz respeito a mobilização dos conhecimentos específicos do historiador no processo de pensar o ensino, para que não se limite à dimensão pedagógica no trato de metodologias, e para que as pesquisas sobre História da África possam fazer parte efetiva no currículo da graduação.

No Brasil, o livro didático tem sido por vezes o único instrumento pelo qual os alunos da Educação Básica acessam o conteúdo das disciplinas escolares, mesmo esse material assumindo a dimensão de mercadoria, “sujeita a múltiplas interferências em seu processo de produção e vendagem”²⁸. Como artefato cultural, o livro didático fornece diversas informações, desde o

²³ LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mína: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul./dez. 2015, p.581.

²⁴ DIAS, Ednalva. CECATTO, Adriano. Entre teoria e prática: a formação docente e a apropriação da lei 10.639/2003 no cotidiano escolar. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 283-306, jul./dez. 2015; ALBERTI, V. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afrobrasileira. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.27-56.

²⁵ Verificar: TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, 325p.

²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan./jun., 2008, p. 79-93.

²⁷ BRASIL. PARECER CNE/CES nº. 492/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História-MEC**, p.7.

²⁸ MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 48, p.123-144 – 2004, p.128.



processo de sua produção até seu uso, mas que se pretende ser instrumento de ensino que incorpore reflexão, orientação e crítica. Todo caso, a análise e escolha do livro a ser utilizado nas escolas públicas geralmente é realizado pelos docentes de cada área. De certa forma, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC tem contribuído nos últimos anos para qualificar esse processo. No entanto, esse material didático, sua escolha à nível de conteúdo e sua utilização em sala no processo de constituição do conhecimento histórico precisa ser mediado pelo docente. A ausência de formação acerca do caráter estrutural do livro didático e dos conteúdos próprios da História, principalmente no tocante a história da África, pode gerar escolhas equivocadas. “Um dos principais desafios está justamente em fazer esse tipo de livro acompanhar as reinterpretações do passado feitas pelos historiadores acadêmicos”²⁹. Isso nos leva a questionar: em que medida a produção historiográfica, à partir das orientações da Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História têm interferido positivamente na produção de conhecimentos e elaboração de materiais didáticos de História da África? Ou até mesmo, como a história da África e dos africanos foram representados nos manuais didáticos?³⁰ E qual seria o papel do professor que lida diretamente com a mediação dessa material de ensino? Como o conceito de História Atlântica pode servir como instrumento de análise da produção historiográfica e didática sobre os povos do Atlântico? Nesse sentido, propomos analisar duas produções didáticas do Ensino Médio, estabelecendo como critério de análise a proposta metodológica da História Atlântica: *História: volume único*³¹ e *História para o ensino médio*³² (três volumes). O primeiro não faz parte dos livros didáticos em uso pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, mas já o fez. O segundo é utilizado pela Escola Estadual José Heilbuth Gonçalves, na região da Pampulha. Atentamos para a forma como a produção didática tem se apropriado de conceitos e estabelecido conexões da história da África com o mundo Atlântico, como considera a multiculturalidade, a perspectiva historiográfica, o processo de ‘des-hierarquização’ das narrativas produzidas, os recortes/escolhas temáticas estabelecidos.

²⁹ FERREIRA; FRANCO. **Desafios do ensino de História.**

³⁰ Segue outro trabalho que pretendeu verificar “o que sabemos sobre a História da África?”, que por sua vez, possui relação com o que e como se tem produzido essa historiografia. “As limitações transcendem — ao mesmo tempo em que se relacionam — os preconceitos existentes na sociedade brasileira, e se refletem, de um certo modo, no descaso da Academia, no despreparo de professores e na desatenção de editoras pelo tema.” Cf. OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, p. 421-461, 2003, p.455.

³¹ FIGUEIRA, Divalti Garcia. **História: volume único.** São Paulo: Editora Ática, 2005.

³² NAPOLITANO, Marcos; VILHAÇA, Mariana. **História para o ensino médio.** São Paulo: Editora Saraiva, 2013, v.1, v.2, v.3.



Em relação a *História: volume único*³³, é possível detectar que não passou pela avaliação à partir dos critérios estabelecidos pelo Guia do PNLD, em função da distribuição e tratamento dos conteúdos. O livro trata exclusivamente da história da África em um capítulo, e indiretamente em dois outros, quando apresenta a escravidão em Minas Gerais. Não há unidade específica para a África. Isso não seria um problema, desde que tal conteúdo histórico pudesse ser tratado em conexão com a história nacional e tenha o mesmo grau de importância em seu tratamento.³⁴ Verifica-se, em linhas gerais, que a história da África é apresentada à partir da escravidão. Sobrepõe-se a descrição de forma generalizada e homogênea sobre o continente africano e “suas histórias”.

Ao destacar um capítulo sobre escravidão, inicia com a divisão da África do século VII: Deserto do Saara e Subsaariana. E entre os séculos IX e X apresenta o domínio islâmico nos reinos de Mali, Gana e Benin, assim como a economia desses “reinos”. Em seguida destaca que a escravidão já fazia parte da África e com a chegada dos portugueses teria iniciado a diáspora africana, mas não especifica o tipo de escravidão e os locais em que se processava. Essa dimensão interna e mesmo a demanda externa é apresentada de forma generalizada. No tráfico de escravos destaca-se a ausência de formas de resistência dos cativos, ênfase nos dados quantitativos, além de apresentar o trabalho dos homens se resumindo aos engenhos e das mulheres ao serviço doméstico nas casas dos senhores.

Na contramão dessa abordagem, John Thornton imbuído da História Atlântica, procura retomar a imigração de africanos para as Américas, salientando a autonomia e as “interações africanas com o mundo Atlântico, em especial de como os antecedentes africanos dos escravos nas Américas afetaram sua reação ao novo ambiente”³⁵. John Thornton apresenta um contraponto, salientando a autonomia dos cativos e as estratégias de resistência, assim como a diversidade de trabalhos e culturas a que eram submetidos. Em relação à dinâmica do comércio de escravos, o autor critica as condições de trabalho no mundo atlântico, assim como a historiografia que coloca os africanos como meros receptores de cultura, e tais idéias estão contidas em *História: volume único*³⁶.

³³ _____. **História: volume único.**

³⁴ ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afrobrasileira. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.27-56.

³⁵ THORNTON. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** p.50.

³⁶ FIGUEIRA. **História: volume único.**



O capítulo referente à economia açucareira situa a colonização portuguesa na América, em destaque para o Brasil, nas capitanias de São Vicente, Bahia e Pernambuco. Essa experiência com o engenho como unidade de produção teria bom êxito por que já havia sido implementada pelos portugueses em outras ilhas do Atlântico. No capítulo sobre Minas Gerais, destaca as péssimas condições dos escravos nas minas de ouro e diamante, e atribui a esse espaço como sendo de mestiçagem. E destaca que nas Minas Gerais seria “mais fácil” de conseguir alforria - com possibilidade de juntar dinheiro-, em relação à sociedade açucareira, mas não apresenta a cultura dos africanos no mundo Atlântico, já que o desenvolvimento cultural estaria associado ao tipo de ocupação dos cativos³⁷. Para a História Atlântica, o processo de escravidão constitui um dos elementos de análise, e a crítica desses estudos se dá pelo fato da história dos continentes africano e americano muitas vezes se restringirem à análise da dimensão da escravidão, quando da existência de elementos de conexão da escravidão com aspectos mais abrangentes das culturas em processos constantes de trocas e até mesmo alterações culturais, políticas e sociais entre grupos/comunidades.

Por último, apresenta um capítulo tratando especificamente da história da África e Ásia em relação às lutas de libertação nacional, referente à descolonização de alguns países africanos, a guerra na Argélia e os movimentos de independência com poucas páginas remetendo-se à contemporaneidade. Evidencia o *apartheid* na África do Sul, de forma descritiva, com pouca problematização. Em suma, o livro *História: volume único*³⁸ limita o conhecimento sobre o continente africano, apresentando uma historiografia que pode ser caracterizada como eurocêntrica e generalizante, além da elaboração de recorte que privilegiou a dimensão da escravidão.

Numa perspectiva distinta, o historiador americano A.J.R. Russell-Wood sinaliza que o processo migratório precisa considerar uma historiografia desprendida do hemisfério norte, retirando o hemisfério sul do isolamento acadêmico. Os reis e personagens dos estados europeus não seriam centrais nessa constituição da história, mas parte da análise dessa relação da presença portuguesa no Atlântico. Russel-Wood reconhece que a nível teórico há avanços importantes quando se pensa a fluidez do vai-e-vem de pessoas e produtos pelo Atlântico.

As rotas, as pessoas, as culturas, as mercadorias, e os produtos do Atlântico mantiveram um constante intercâmbio com outros oceanos e contribuíram,

³⁷ THORNTON. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*, p.50.

³⁸ FIGUEIRA. *História: volume único*.



tanto como receptores tanto como transmissores, à interligação global de comércio, mobilidade humana, e de culturas na época moderna.³⁹

O historiador Toby Green⁴⁰ operacionalizou as fontes com uma narrativa destituída de hierarquização, estimando não ser possível fazer História Atlântica sem conectar diferentes fontes documentais. Entre suas fontes, pode-se mencionar principalmente os relatos de viajantes e história oral, no entanto esse historiador foi ao continente africano e conectou essa documentação à outras fontes. A maneira como o autor trata dos dados do tráfico, o faz ir além da dimensão quantitativa, pensando a cultura que influenciou e foi influenciada no fluxo do Atlântico, considerando que as comunidades compartilhavam acontecimentos e experiências que ocorriam em diferentes partes do mundo.

Por outro lado, os três volumes de *História para o ensino médio*⁴¹, até por constituir-se uma produção mais recente, apresenta elementos ancorados na historiografia contemporânea, ampliando a abordagem sobre o continente africano ao especificar e caracterizar cada sociedade, sem perder a conexão com as histórias nacionais, porém, não isento de críticas.

Em *História para o ensino médio*⁴², o conteúdo referente ao 1º ano trata da África, Ásia e suas conexões. Ao relatar o comércio entre os séculos XV e XVII, centraliza na África Subsaariana, e além dos produtos, destaca o comércio de escravos na região. A partir do século XV o comércio entre Oriente e Ocidente teria deslocado as rotas comerciais do Mediterrâneo para conectar a América ao comércio mundial, definindo que desse período em diante haveria uma história das conexões. Por isso inicia o capítulo criticando a historiografia etnocêntrica, que desprezava a história africana. Embora destaque o comércio Subsaariano e suas rotas, assim como o domínio principalmente de ouro e cobre em Mali, Songai e Zimbábue, não trata das especificidades locais e centra as discussões na questão da diáspora: “A África transformou-se em tradicional fornecedora de ouro e escravos para outros continentes”⁴³. Faz relação com o Brasil ao discutir sobre a presença dos povos Iorubás na Bahia, entre os séculos XVI-XIX e, apresenta o Candomblé e suas divindades. Embora o material reconheça aspectos da multiculturalidade e da

³⁹ A.J.R. RUSSELL-WOOD. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 1, n. 28, p.17-70, 2009, p.59.

⁴⁰ GREEN, Toby. **The rise of trans-atlantic slave trade in western África, 1300-1589**. Cambridge: The Cambridge University Press, p.164-264, 2011.

⁴¹ NAPOLITANO; VILHAÇA. **História para o ensino médio**.

⁴² _____. **História para o ensino médio**.

⁴³ FIGUEIRA. **História: volume único**. p.217.



relação entre diferentes povos, a narrativa não trata das particularidades da escravidão do Atlântico e não estabelece conexão com os fluxos de pessoas e novas formações populacionais.

Em *História para o ensino médio*⁴⁴ o continente africano é composto por sociedades de diferentes etnias, religiões e tradições, destacando a diversidade da paisagem geográfica. Quanto à religião, limita-se caracterizar a presença do Islamismo, Cristianismo e Animismo (este, não especificado em suas variações, sociedades e diversidades de manifestações). No entanto, destaca a presença mulçumana na África em três regiões: África Oriental, África Ocidental (Niger, Senegal e Volta) e Marrocos. Essa dinâmica da religião é muito mais complexa, obtendo muitas nuances em torno do comércio, conforme tratou Toby Green⁴⁵ sobre os cristãos novos na costa africana no século XVII. Tal dinâmica religiosa não pode se restringir aos cristãos novos, considerando a diversidade de práticas e rituais religiosos existentes. Peter Mark⁴⁶ trata da dificuldade dos cristãos acessarem os sacramentos na Alta Guiné, devido ao isolamento geográfico, no final do séc. XVI e início do XVII. O mesmo teria ocorrido com os judeus que escapavam das perseguições religiosas. Tal isolamento teria proporcionado a introdução da prática de rituais religiosos africanos. Após o primeiro quarto do século XVII, foi diminuindo a presença de judeus e aumentando a mistura entre rituais portugueses e africanos. A religião não pode ser analisada desconectada da economia e da própria geografia, considerando que muitos dos lançados casaram-se com mulheres das comunidades locais, atrelando-se aos interesses pessoais com o comércio. No entanto, quando se trata de religião e religiosidade do continente africano, é necessário ampliar a reflexão para além da perspectiva Ocidental monoteísta, além da necessidade de especificar as práticas locais e as respectivas variações estabelecidas no contato entre distintos grupos.

Este volume didático⁴⁷ trata os “reinos e impérios” de Gana, Mali, Songai, Congo, Monomopata e Etiópia entre os séculos VII e XVIII, utilizando-se de conceitos da Europa moderna para comparar as respectivas sociedades. É unânime entre os pesquisadores de História Atlântica que o conceito de império impede pensar o Atlântico: “Eles estudaram instituições e não as pessoas que viveram com esses governos ou suas atividades, e eles concentraram-se nos

⁴⁴ _____. **História para o ensino médio.**

⁴⁵ GREEN. **Masters of Difference - Creolization and the Jewish Presence in Cabo Verde (1497-1672).**

⁴⁶ MARK, Peter. The evolution of “Portuguese” Identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from the Sixteenth to the Early Nineteenth Century, **Journal of African History**, v.40, n.2, June, p.173-191, 1999.

⁴⁷NAPOLITANO; VILHAÇA. **História para o ensino médio.**



assuntos de apenas uma nação”⁴⁸. Ou como sugere David Armitage⁴⁹, a história do Atlântico tem sido estudada a partir da história dos impérios europeus, e essa perspectiva teria predominado sobre as pesquisas desse oceano, impedindo perceber o Atlântico como unidade de análise histórica. As abordagens sofreriam comparação com os padrões de colonização de outros impérios⁵⁰.

O livro *História para o ensino médio*⁵¹, correspondente ao 2º ano, demanda dois capítulos sobre a história africana. Primeiramente, trata da colonização da América Portuguesa centrando a discussão no processo de escravização, distribuição dos cativos nas colônias portuguesas, a vinda e a vida desses escravos na América. Dessa forma, relata os principais locais de proveniência desses escravos africanos. Diferentemente de *História*,⁵² o volume do 2º ano de *História para o ensino médio*⁵³ propõe ampliar a caracterização desse comércio com relação às diferentes atribuições da mão-de-obra a que eram submetidos, de acordo com John Thornton.⁵⁴ A vida na América estaria associada a uma diversidade de trabalhos, destacando o engenho açucareiro na Bahia e Pernambuco. Por sua vez, os quilombos ganham destaque no processo de resistência no Estado de Pernambuco, fazendo relação com questões contemporâneas, como o Dia da Consciência Negra.

Num capítulo específico de *História para o ensino médio*⁵⁵, sobre o imperialismo e neocolonialismo europeu na Ásia e África (século XIX), os autores tratam acerca de como o imperialismo teria assumido forma de neocolonialismo, causando dependência econômica e política de alguns países europeus. Descreve-se o domínio colonial do sul do continente africano e a violência empregada pelos belgas no Congo, com a morte de milhares de pessoas em função dos métodos de extração de borracha e repressão. Ao passo que evidencia as estratégias e grupos de resistência ao neocolonialismo, muito embora não especifique os países e os pormenores

⁴⁸ “they studied institutions not the people who lived within these governments or their activities, and they concentrated on the affairs of a single nation.” BAILYN. **Atlantic History: concept e contours**. p.21.

⁴⁹ ARMITAGE. **Três conceitos de História Atlântica**. p.207.

⁵⁰ GAMES, **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities**.

⁵¹ _____. **História para o ensino médio**.

⁵² FIGUEIRA. **História: volume único**.

⁵³ NAPOLITANO; VILHAÇA. **História para o ensino médio**.

⁵⁴ THORNTON. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Nos capítulos 6 e 7 o autor trata da rota e do impacto cultural desses escravos na inserção no atlântico, atentando para a continuidade da cultura africana e seu desenvolvimento cultural, a partir da diversidade de frentes de trabalho a que eram submetidos. De modo particular, destaca a pluralidade étnica vinda para a América e os mecanismos de sociabilidade e autonomia das diferentes culturas compartilhadas em diferentes espaços.

⁵⁵ _____, **História para o ensino médio v.2**.



desse processo de domínio e exploração territorial. Há neste caso, um exercício de generalização, criticado correntemente pela História Atlântica.

Por último, o livro *História para o ensino médio*⁵⁶, correspondente ao 3º ano, retoma e amplia as discussões acerca da descolonização da Ásia e África, sendo este último continente o mais afetado pelo colonialismo do século XIX. Enfatiza os grupos de resistência e movimentos de libertação em relação a Portugal na década de 1970, em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, merecendo atenção o fim do *apartheid* na África do Sul. Destacou o nacionalismo árabe na Argélia e no Egito e, ainda na década de 1950, a independência da Líbia, Marrocos, Tunísia, Sudão e Gana. São conteúdos centrados numa narrativa histórica linear, sem apresentar elementos que problematizem ou relacionem essas realidades. Ao mesmo tempo, percebe-se a ausência de uma historiografia que contextualize a singularidade do neocolonialismo e o processo de descolonização, articulando os contextos e realidades políticas e econômicas específicas em conexão com a diversidade do Atlântico.

Considerações finais

Apesar das ausências e alguns equívocos contidos em *História para o Ensino Médio*⁵⁷, principalmente pela presença de conceitos dos impérios europeus da era Moderna, apresenta conteúdos ancorados na historiografia contemporânea, discutindo a história da África em conexão com as histórias nacionais. Ao passo que o próprio autor propõe problematizar a influência da historiografia europeia como um problema para os estudos da África entre os séculos XV e XIX, aproximando-se assim da perspectiva da História Atlântica. Consoante Games⁵⁸, a formação recebida na Europa para se trabalhar sociedades coloniais na América, não propicia considerar as especificidades da região que se pesquisa (Atlântico). Para esse autor, é necessário sair dos moldes de uma história europeia, centrada nos padrões de colonização, a fim de compreender e avançar nas pesquisas do mundo sem fronteiras do Atlântico. Com a História Atlântica ampliou-se a compreensão do mundo Atlântico integrando-o às sociedades.

Por sua vez, o livro *História*⁵⁹ carece de análise historiográfica mais ampla, de uma narrativa que contemple a diversidade do continente africano e problematize a escravidão para

⁵⁶ _____. **História para o ensino médio** v.3.

⁵⁷NAPOLITANO; VILHAÇA. **História para o ensino médio**., v.1, v.2, v.3.

⁵⁸ GAMES, Alison. Atlantic History. Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review*, p.741-757, June, 2006.

⁵⁹ FIGUEIRA. **História: volume único**.



que não se limite a narrar, retirando as experiências de autonomia e resistência da cultura africana. E ao mesmo tempo possa contemplar a diversidade étnica, cultural, e religiosa à partir da singularidade de cada sociedade. Portanto, a História Atlântica propõem um olhar sobre o Atlântico pelo viés da diáspora para além do comércio e escravidão, considerando o movimento cultural, político e econômico estabelecido e interligado entre distintas regiões do Atlântico.

*História*⁶⁰ e *História para o ensino médio*⁶¹ refletem diferentes momentos de formação e as possíveis incorporações curriculares referentes ao ensino de História da África, debatidas na formação do profissional de História. Mas principalmente, a formação docente no tocante a historiografia sobre a África também pode estar refletindo a ausência de pesquisas ou falta de conexão dessas pesquisas com a produção didática e a educação básica, que ainda tem como um de seus instrumentos de ensino o livro de História como referência.

Por sua vez, ao considerarmos as preocupações da História Atlântica, especificamente nesta análise da história da África nos materiais didáticos, verificamos que em geral os recortes de conteúdo privilegiam a escravidão, generalizando-a, apontando a necessidade de rever a produção historiográfica e o próprio ensino que se encontra permeado por conceitos de uma história dos impérios, que não considera as especificidades dos povos do Atlântico e a heterogeneidade de experiências e trocas culturais em conexão com a política, economia, religião. As novas discussões da História Atlântica nos permite pensar o Atlântico e as sociedades que o compõe num processo de conexão de culturas que possibilita maior compreensão à partir das permanências e mudanças. As relações econômicas e sociais das diversas sociedades do Atlântico não podem ser pensadas somente no âmbito quantitativo, mas conectadas à lugares e transformações que se interligam pelos fluxo constante de comunidades. Assim, essa perspectiva teórico-metodológica,- pensando principalmente a incorporação dos três conceitos de História Atlântica sugeridos por David Armitage -, ao se deparar com uma produção historiográfica e materiais didáticos, poderá oferecer elementos de análise para uma melhor desnaturalização/desconstrução de narrativas que frequentemente hierarquizam, homogêizam e generalizam as comunidades do Atlântico. Constatamos que a produção de conteúdos de História da África pautam-se numa historiografia que desprivilegia a multiculturalidade e determinados recortes temáticos e temporais, além de centralizar-se em elementos de análise que

⁶⁰ _____. **História: volume único.**

⁶¹ _____. **História para o ensino médio.**, v.1, v.2, v.3.



continuam a remeter a uma história dos impérios. A História Atlântica pode oferecer elementos de contraponto de análise, mas para isso, a academia necessita ampliar tais discussões no encaminhamento de suas pesquisas acerca das comunidades que compõe o “mundo atlântico”, assim como conectar tais produções com a produção didática ofertada para o ensino na educação básica.